



Revista Tópicos Educacionais

ISSN: 2448-0215

Centro de Educação - CE - Universidade Federal de
Pernambuco - UFPE

Leite, Priscilla Gontijo; Arroxelas, Lucas Guedes Pereira Arnaud
O MUNDO DO TRABALHO NA SALA DE AULA: UMA
PROPOSTA UTILIZANDO ANTIGUIDADE CLÁSSICA
Revista Tópicos Educacionais, vol. 26, núm. 1, 2020, Janeiro-Junho, pp. 21-40
Centro de Educação - CE - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

DOI: <https://doi.org/10.7440/res64.2018.03>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672771284002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

**O MUNDO DO TRABALHO NA SALA DE AULA: UMA PROPOSTA
UTILIZANDO ANTIGUIDADE CLÁSSICA**

**THE WORLD OF WORK IN THE CLASSROOM: A PROPOSAL USING
CLASSICAL ANTIQUITY**

Priscilla Gontijo Leite¹

Lucas Guedes Pereira Arnaud Arroxelas²

Resumo: O artigo objetiva explanar alguns temas relacionados com o mundo do trabalho nas sociedades antigas e a relação dessa dimensão com o ensino de História Antiga. Com isso, serão abordados assuntos como a importância da categoria do trabalho na compreensão da sociedade, a visão dos antigos quanto ao trabalho, o trabalho livre, o trabalho compulsório, os ofícios, as mulheres e a relação do mundo do trabalho com o ensino da Antiguidade Clássica.

Palavras-chave: História do Trabalho. Ensino de História. História Antiga.

Abstract: The article aims to explain some themes related to the world of work in ancient societies and the relation of this dimension to the teaching of Ancient History. This will address issues such as the importance of the category of work in the understanding of society, the view of the work by the ancients, free work, compulsory work, crafts, women and the relation of the world of work to the teaching of Classic antiquity.

Keywords: Labour History. Teaching of history. Ancient History.

¹Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba-Brasil; e-mail: lucas_guedes97@hotmail.com.

²Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba-Brasil; e-mail: priscillagontijo@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-2616-7186>

Na educação básica brasileira, o mundo do trabalho é apresentado aos alunos majoritariamente ligado aos temas da escravidão no período colonial e da revolução industrial, descrevendo seus impactos. Assim, o mundo do trabalho muitas vezes aparece como um objeto descolado da realidade dos alunos, dificultando reflexões que demonstrem a importância da dimensão do trabalho para a vida do homem. Ao centrar o olhar na Antiguidade, o mundo do trabalho fica ainda mais distante do aluno, pois apenas algumas linhas são dedicadas à escravidão. Mas ao mesmo tempo, há uma valorização das grandes obras arquitetônicas e demais feitos, que infelizmente não são apresentados como fruto do trabalho humano. Esse posicionamento corrobora para a continuidade da visão equivocada da Antiguidade como exótica e distante, estando mais no campo da fantasia do que da história (Leite, 2016, 16). Uma das terríveis consequências dessa visão é o conteúdo da Antiguidade não estabelecer um diálogo frutífero com a contemporaneidade, não tendo impacto na formação do aluno.

Considerando essas preocupações, o projeto de monitoria da disciplina de História Antiga II buscou elaborar materiais didáticos com assuntos relativos ao mundo do trabalho. Para iniciar os trabalhos, observou-se a abordagem de assuntos referentes ao trabalho no mundo antigo, tanto em textos historiográficos como no tratamento desse tema no ensino básico. Depois passou a pesquisa de fontes escritas e iconográficas, pois a imagem é um recurso importante, capaz de num primeiro momento captar a atenção do aluno e estimulá-lo para conhecer o tema. As fontes iconográficas não ficaram restritas às produzidas na Antiguidade, e a opção em usar representações se deve a intenção de destacar a temática da recepção na sala de aula, bem como ter elementos para explorar a temática da relação entre a Antiguidade e a Modernidade.

Estabelecida a temática, passou a pensar sobre a importância do trabalho enquanto uma categoria que auxilia na compreensão da sociedade e diante os inúmeros autores que exploram a temática, utilizamos György Lukács por acreditar que seu pensamento, no qual o trabalho assume uma posição essencial na sua concepção ontológica e, por isso, é objeto de diversas análises e reflexões, possibilita uma melhor compreensão a respeito dessa categoria, da sua relação e importância para a sociedade e da contribuição que o estudo dessa dimensão pode ter para o ensino de História Antiga.

Dessa maneira, as pesquisas partiram da consideração de que o trabalho constitui a protoforma do agir humano. Para realizar o trabalho, o homem realiza uma prévia-ideação, que deverá ser objetivada, em seguida, há uma exteriorização, em que a subjetividade humana é confrontada com a objetividade. Ao atuar em condições

objetivas, novas condições serão gestadas, estas, por sua vez, irão impor novas necessidades de atuação humana. Essa relação entre teleologia e causalidade constitui, para Lukács (2010), o princípio determinante do movimento que é desencadeado pelo trabalho, sendo essencial no processo de reprodução. É por meio disso que o homem pode gerar o novo e impulsionar formas de sociabilidade humana.

A prévia-ideação, não obstante a singularidade existente nela, traz elementos genéricos, a generalização na prévia-ideação ocorre por ela se direcionar a situações genéricas e por trazer a relação entre passado, presente e futuro que se liga com o processo de acumulação social ocorrido ao longo do desenvolvimento histórico. A objetivação também possui elementos genéricos, apesar da existência também dos singulares; o novo produzido pela atuação na realidade dada assume um caráter genérico, esse novo genérico é condicionado pelo todo social e age sobre ele. Desse modo, a prévia-ideação realiza a generalização idealmente, já a objetivação generaliza objetivamente, estando estas duas generalizações interligadas, tendo em vista a própria ligação intrínseca entre prévia-ideação e objetivação. Desse modo, essa capacidade de generalização que o trabalho possui é de grande importância para a formação do ser social. O trabalho possibilita que se atue sobre a realidade, mudando-a e construindo novas condições concretas, o que é construído se torna mais determinado pela atuação humana, estando, ao mesmo tempo, menos submetido aos desígnios da natureza. Esse devir-humano constitui o processo histórico de formação da generalidade humana. Desse modo, o ser social, enquanto um complexo de complexos, é formado e se desenvolve por um processo que tem como centro o trabalho. A totalidade social se põe como uma mediação entre o momento predominante que é o trabalho e os complexos parciais, sendo a totalidade social o momento predominante no desenvolvimento dos complexos. Esse devir-humano do homem sofre influência e influencia a totalidade social e, justamente por ser por meio do trabalho que se desenvolve o processo de generalização e por ele se interligar com a totalidade social, trabalho e sociabilidade estão estreitamente relacionados, de modo que essa dimensão assume enorme importância para a sociedade e para a vida social.

Portanto, seguindo uma interpretação muito baseada na ontologia lukácsiana, podemos afirmar que o trabalho constitui a protoforma pela qual os homens atuam sobre a realidade, assim, transformando-a e transformando a si mesmos. O trabalho é a categoria ontologicamente fundante do ser social, estando no próprio âmago das relações sociais engendradas pela humanidade, sendo um elemento essencial na formação da humanidade enquanto gênero e nas suas mais diversas constituições societárias. O trabalho conduz à

gênese do ser social e se interliga à totalidade social. Desse modo, o trabalho constitui um fator essencial para a compreensão de qualquer sociedade, e, nesse caso, o mundo antigo não constitui uma exceção. Assim, pode-se concluir que o trabalho corresponde a uma dimensão vital para o funcionamento da sociedade grega e da romana e um elemento de grande importância para a compreensão daquelas sociedades.

O trabalho na sociedade antiga: um debate sobre a escravidão

O mundo do trabalho na Antiguidade Clássica foi objeto de diversos estudos abordando grande variedade de aspectos, como os realizados pelo historiador americano Moses Finley, mas ocorrendo também no Brasil, como o caso dos empreendidos por Fábio Duarte Joly, o que demonstra a importância dessa área. Mas, ao mesmo tempo, é também alvo de constantes mal-entendidos que se encontram reproduzidos em diversos meios, como a internet e, inclusive nas escolas; isso conduz à grande necessidade de discussão desse tema.

Um primeiro aspecto importante de ser levantado diz respeito à visão dos antigos em relação ao trabalho. A ideia de trabalho como hoje compreendemos não se encontrava entre eles, inclusive, nem no latim nem no grego existe um correspondente exato para a palavra trabalho. Era comum na Antiguidade Clássica uma visão de desprezo pelo trabalho, que também significava um desprezo pelos trabalhadores, sendo, por outro lado, louvada a ociosidade; mas esse desdém pelo trabalho não encontrava acolhida tão forte entre as camadas subalternas. Essa desvalorização do trabalho expressava relações entre grupos sociais, servindo como um elemento de distinção para a elite; desse modo, era um fator que contribuía para a sua hegemonia. A valorização também variava de acordo com o ofício, sendo o de agricultor o mais valorizado, enquanto outros, como o de artesão ou de comerciante, sofriam forte desvalorização social. Porém, ao mesmo tempo que havia essa desvalorização, existia a concepção de que para muitos era necessário exercer algum ofício para o seu sustento, como pode ser observado na passagem de *Os trabalhos e os dias* de Hesíodo.

Mas tu, sempre lembrado do nosso conselho,
trabalha, Perses, raça de Zeus, para que a Fome
te deteste e que te estime a bem coroada Deméter,
honrada, e te encha de alimento a despensa,
pois Fome sempre acompanha o homem indolente.
Deuses e homens partilham, contra quem vive
ocioso como um zangão, sem ferrão, da mesma raiva:

consomem o trabalho das abelhas, os lerdos,
e o comem. Que te empenhes em articular obras certas
e a abastecer a despensa na hora oportuna.
Pelo trabalho os homens são rico de gado e de bens
e quem trabalha é muito mais caro aos deuses também
[e o mesmo serás para os homens: odeiam os lerdos.]
Trabalho não é vergonha. Vergonha é não trabalhar
se trabalhares, logo te inveja o preguiçoso
porque enriqueces. Sucesso e glória acompanham a riqueza.
Seja lá para quem for, trabalhar é melhor,
Se desvias a mente dos bens do vizinho
Para o trabalho e ganhas teu pão, como te aconselho
(Hesíodo, *Os trabalhos e os dias*, 298-316)

Apesar de aparecer a palavra trabalho na tradução, deve-se recordar que para os gregos há diversos termos que podem designar o que entendemos por trabalho, termos que indicam assim ora trabalhos concretos, ora esforço para executar uma determinada atividade. No trecho é destacado o esforço para executar uma determinada tarefa, com a valorização da atividade do campo por promover a ligação entre os homens (a possibilidade de conseguir os meios para sustentar o *oikos*) e a ligação dos homens com os deuses (dimensão sagrada, ainda mais que são produtos advindo da agropecuária que são ofertados às divindades).

É comum a veiculação de uma visão que trata a sociedade grega e romana, especialmente esta, como dividida entre uma parcela escrava que seria responsável por exercer as atividades laborais e uma elite ociosa, estando os setores livres e pobres vagando em um espaço pouco definido, muitas vezes vivendo de doações e entretenimentos fornecidos pelos governos. Todavia, essa é uma visão extremamente equivocada. A escravidão, ao contrário do que muitas vezes nos é apresentado, não ocupou todos os postos de trabalho, de modo a ser a única forma de trabalho a operar na sociedade; o seu número foi também alvo de muitos enganos, tendo sido posto acima do que aparenta que foi. A maioria dos trabalhadores era composta por homens livres, que estavam empregados em diversas formas de trabalho livre, desde o trabalho assalariado até o sistema de arrendamento comum no campo, e também em diferentes ofícios.

Concomitante ao trabalho escravo, existiam outras formas de trabalho compulsório, que poderiam tanto ocupar uma posição central na economia, como periférica, ao lado de outros regimes de trabalho, no primeiro caso, temos os hilotas de Esparta. Esses diferentes espectros em que o trabalho se encontrava, muitas vezes, são de difícil definição. Essa dificuldade também se encontra na organização econômica e social; mas é importante salientar que a existência de mais de uma forma de relação de produção

não impede a definição de uma organização econômica, outra questão é que essa definição não deve ocorrer pelo aspecto quantitativo. Dessa forma, a dimensão do trabalho na Antiguidade Clássica era um elemento bastante presente na vida societária e apresentando uma grande diversidade em sua composição.

A existência de um escravismo não é definida pela presença ou pela quantidade de escravos em uma determinada sociedade, mas pela posição que a escravidão assume na sociedade a ponto que condicione uma organização econômico-social (CARDOSO, 1984). Essa situação pôde ser encontrada na Antiguidade Clássica tanto no que se refere à Grécia, como a Roma. As particularidades existentes em cada uma dessas sociedades não conduziram à negação do universal sob o qual estiveram tanto a Grécia Antiga como a Roma Antiga.

Apesar de suas diferenças cronológicas (século VI a.C. na Grécia e III a.C. em Roma), é possível atribuir condições comuns que possibilitaram a gênese do escravismo antigo. Uma explicação muito comum é de que o escravismo teria sido produzido pelas guerras, que teriam ofertado grande quantidade de escravos (CARDOSO, 1984). Porém, é incorreto afirmar que a oferta teria precedido e formado a demanda por escravos, está mais correto afirmar o contrário, a demanda produziu a oferta que veio supri-la; assim a formação do escravismo estaria mais relacionada com a expansão das relações mercantis do que com a guerra. É nesse sentido que Moses Finley em *Escravidão antiga e ideologia moderna* (1991) apresenta três condições para o surgimento dessa procura, são elas: forte concentração da propriedade privada no campo, desenvolvimento da produção mercantil e incapacidade de suprimir internamente a demanda de trabalho escravo. A crise do escravismo aparece de maneira idêntica em ambos os locais, tendo em vista que a Grécia, nesse período, estava incluída no Império Romano.

Quanto à condição do escravo é necessário que se compreenda que nele estava presente, como afirma Moses Finley (1986), uma ambiguidade, em que, ao mesmo tempo, assumia a forma de propriedade passível de comercialização, mas também era uma pessoa. Desse modo, optou-se pela perspectiva que considera inadequada a utilização da categoria de escravidão-mercadoria para se referir ao escravo da Antiguidade, pois esta categoria restringe o escravo apenas a sua dimensão de mercadoria, o que é impossível de se operar nesse caso. Nisso, também é importante observar um contraste entre o seu estatuto jurídico e a sua condição efetiva na sociedade; na lei ele poderia ser um *instrumentum vocale*, mas, na sua experiência cotidiana, ele não se encaixava plenamente nesse termo.

A propriedade de escravos era algo bastante difundido na Antiguidade Clássica. Eles poderiam ser encontrados em diversas atividades, sendo elas desde as mais degradantes, como os trabalhos nas minas, mas também em ofícios que possuiriam maior valorização social. Ao lado de escravos era comum ver trabalharem homens livres. Somava-se a essa variedade de destinos, certa variedade de posições sociais que eles poderiam ocupar, sem que deixassem de estar marcados pelo seu estatuto de escravo. Isso novamente atesta a grande complexidade existente em relação à escravidão na Antiguidade, o que torna ineficazes certas tentativas simplificadoras e limitadas que buscam compreender esse assunto.

Para o funcionamento do mecanismo de reposição da força do trabalho escrava, três elementos eram essências (CARDOSO, 1984). A guerra era a principal fonte para o reabastecimento de escravos, ocorrendo tanto pela captura direta por gregos ou romanos, como pela compra de outros povos; assim, apesar de a guerra não ter sido a causa que originou o escravismo, ela teve grande importância para o seu desenvolvimento e reprodução. A segunda característica era que o futuro proprietário obtinha para si o escravo por meio da compra. Por fim, temos uma baixa reprodução vegetativa de escravos, o que fazia com que fosse necessário que constantemente houvesse o abastecimento de fora da mão-de-obra.

A resistência dos escravos também se fazia presente, podendo ser tanto a resistência individual, realizada principalmente através de pequenos atos, como resistências coletivas, como o caso das revoltas, a exemplo da famosa revolta de Espártaco. Todavia, as revoltas foram muito mais frequentes em Roma do que na Grécia, devido à menor concentração de escravos nessa sociedade, aspecto que dificulta a resistência coletiva. Em Roma também é observado uma maior presença do pecúlio, o que contribuiu também para a maior quantidade de libertos nessa sociedade, onde também tiveram um papel social mais importante.

A escravidão talvez seja a temática sobre a qual mais confusões foram promulgadas, a divulgação delas ocorre de diversas maneiras, como por filmes ou até pela própria escola, seja devido ao professor ou ao livro didático. Um dos principais enganos veiculados trata-se do aspecto acima abordado de tratar a sociedade antiga como dividida entre uma pequena elite e uma enorme massa de cativos que estariam responsabilizados por todas as atividades, havendo naquela sociedade apenas senhores e escravos; tratando-se, na verdade, de uma concepção que não é mais passível de sustentação. Outro aspecto está em não observar a complexidade social que existe em torno do escravo, tratando-o

de uma forma extremamente limitada, o que leva a interpretações errôneas. Com isso, o professor deveria não só evitar esses erros, mas também procurar corrigir eles, tendo em vista que a sua divulgação não se resume ao ambiente escolar.

Diante do intenso debate que o tema da escravidão promove e também dos equívocos que proliferam no senso comum, optou-se em aprofundar nessa temática com a elaboração de suportes didáticos. Ao constatar que os alunos da graduação possuíam a ideia da escravidão antiga muito próxima a escravidão brasileira colonial, o projeto de monitoria empenhou-se em elaborar um pequeno texto informativo sobre a discussão historiográfica sobre o tema com o objetivo de ser lido pelos alunos antes da aula para tornar mais proveitosa a discussão sobre o tema, pois boa parte dos equívocos já estaria sanada. A alternativa de utilizar previamente um pequeno texto informativo ao invés de um autor consagrado da historiografia se mostrou uma estratégia eficaz, pois a leitura breve motivou os alunos a pesquisarem sobre o assunto. Outra atividade realizada foi um plano de aula sobre a escravidão na Roma Antiga, que foi construída a partir de textos da historiografia e com fontes antigas, utilizando ao todo dez fontes textuais e cinco fontes iconográficas numa atividade em que ambas se complementavam. O plano de aula teve a preocupação de utilizar fontes o máximo possível.

A utilização de fontes na sala de aula também é um recurso muito importante, não só em relação à escravidão ou ao mundo do trabalho, mas para o ensino de História Antiga como um todo; isso permitiria que os alunos observassem melhor a complexidade existente em torno do escravo, contrastassem com falhas existentes em livros, além de tornar o assunto mais palpável para eles. Por fim, é importante que o professor empreenda comparações e diferenciações entre a escravidão antiga e a escravidão na América, em especial no Brasil, devido a esse ser também um fator que acaba por confundir muitos alunos, assim como por essa comparação contribuir para uma melhor compreensão do aluno a respeito tanto da escravidão antiga como da escravidão brasileira. Tendo em vista a importância de enfrentar esses problemas, procurou-se elaborar materiais didáticos durante a monitoria, que contribuíram para que os estudantes evitassem esses equívocos e futuramente, enquanto professores, propagasse-os, além de favorecer uma melhor aprendizagem sobre a temática.

Durante o projeto, também se constatou que um meio importante de desconstruir a visão equivocada sobre a escravidão antiga era valorizar outros aspectos relacionados ao mundo do trabalho, principalmente os ofícios presentes na Antiguidade Clássica. Portanto, passou-se à pesquisa sobre a temática e se observou fortes

convergências entre o caso grego e o romano, mas também substanciais divergências que não podem ser deixadas de lado. Entre as semelhanças podemos apontar a existência comum de alguns ofícios e a grande importância e valorização que existia entre eles da atividade de agricultor; já entre as diferenças, é observável a maior importância dos soldados romanos e o processo de profissionalização do exército e uma maior presença de pequenos produtores rurais entre os agricultores na Grécia. Analisar os ofícios no mundo antigo nos permite entender melhor como o trabalho se dava na Antiguidade Clássica e observar quem eram aqueles trabalhadores e como se encontravam naquelas sociedades.

Desse modo, objetivando favorecer um melhor entendimento, é possível realizar agrupamentos em alguns ofícios. Entre os quais, destacam-se: agricultores, artesãos, comerciantes, marinheiros, soldados e políticos. Sobre cada um deles elaborou-se uma ficha dividida em três partes: uma breve descrição sobre o ofício, uma fonte textual e uma fonte iconográfica. Por fim, acrescentou-se uma lista de referências para o aprofundamento sobre o tema. Foram realizadas fichas sobre Grécia e Roma e todas foram disponibilizadas para os alunos. A importância desse material foi criar um mecanismo para disponibilizar de forma fácil e rápida informações sobre o cotidiano do mundo antigo que permitisse uma conexão direta com o presente. O mundo do trabalho foi abordado desde as aulas que tratavam da organização social, da estrutura da cidade e de suas obras arquitetônicas.

Os ofícios no mundo antigo

Sobre os agricultores, com os materiais desenvolvidos buscou destacar a sua importância tanto na Grécia como em Roma. Ambas as econômicas eram assentadas na produção agrícola, com um grande número de pessoas exercendo esse trabalho. Sua atividade era de caráter agropastoril, havendo destaque para o cultivo de oliveira, vinhas e alguns cereais e para a criação de cabras, aves, equinos e bois, estes, além de servirem de alimento, serviam para tração, função também desempenhada pelos equinos. O trabalho na terra era algo muito valorizado entre os antigos, havendo também uma determinada visão em que o bom soldado seria encontrado entre os agricultores. A produção poderia ser voltada apenas para o abastecimento familiar (isso era mais comum entre os pequenos produtores), como para a formação de um excedente a ser comercializado. Destacou-se a

diversidade de regimes que envolviam os agricultores: alguns cultivavam a sua própria terra; outros se encontravam empregados na terra de alguém, havendo tanto escravos como livres; os que estavam submetidos ao sistema de arrendamento; e, no caso romano, desenvolve-se o sistema de colonato. A posse da terra era um fator importante na determinação da posição social do agricultor. As fontes indicam que em Roma havia uma presença bem maior do latifúndio do que a Grécia, isso conduziu a que naquela a *villa* fosse a unidade básica da produção agrária, havendo também grande absenteísmo; na Grécia, com uma força maior da pequena produção, a família foi a unidade de produção e consumo dos agricultores.

Já sobre os artesãos, destacou-se para os alunos as diferenças existentes dentro do próprio grupo marcadas pela habilidade (aspecto importante para os artesãos), objeto de trabalho e riqueza possuída. Alguns donos de oficinas poderiam obter grandes lucros, mas a maioria dos artesãos vivia de maneira bastante modesta. Sua concentração ocorria no meio urbano, inclusive, para algumas cidades esse setor tinha grande importância para a sua economia, como é o caso de Pompéia (MARTIRE, 2008). A sua atividade poderia ocorrer tanto em locais abertos como em fechados, preponderando estes. Havia os artesãos que trabalhavam por conta própria; os que estavam empregados a alguém, nesse caso era muito comum estarem lado a lado escravos e homens livres, trabalhavam por jornadas ou por tarefas; os artesãos itinerantes; e em Roma também se encontravam alguns artesãos que exerciam seu ofício em uma *domus*, trabalhando de acordo com as necessidades da família. Os artesãos possuíam baixo prestígio social. Seu trabalho era visto como um serviço a outra pessoa ou à comunidade. Os produtos fabricados por eles poderiam ter função utilitária ou artística, destaca-se o trabalho com metais, com couro e com cerâmica.

Na passagem abaixo de Demóstenes é possível observar a existência da possibilidade de um dono de oficina obter grandes riquezas com este empreendimento, além da presença de escravos que poderiam trabalhar conjuntamente com homens livres.

Meu pai, homens do júri, deixou duas oficinas, ambas somando um grande negócio. Uma delas era uma oficina de espadas, empregando trinta e dois ou trinta e três escravos, a maioria deles valendo cinco ou seis minas cada um e nenhum deles valendo menos do que três minas. A outra era uma oficina de sofá que empregava trinta escravos, dada ao meu pai como compensação por uma dívida de quarenta minas. (Demóstenes, *Sobre o Quersoneso*, 24-5, apud Melo, 2015, 152)

Sobre o comércio, destacou-se para os alunos que ele poderia ser realizado pelos próprios produtores, mas era mais comum que isso não ocorresse. Era realizado principalmente em navios particulares. Quanto à Grécia, é comum uma divisão dos comerciantes em três grupos. Os *kápelos* eram responsáveis pelo comércio local, abastecendo o mercado interno, vendiam principalmente a varejo e produtos de uso cotidiano e mais imediato. Os *émpolos* exerciam comércio a longa distância, ultramarino, abastecendo as cidades, vendiam a atacado. Os *náukleros* tinham como característica essencial o fato de serem donos de navios, mas podendo também comercializar mercadorias neles. Esses dois últimos tipos são de difícil distinção, comumente se confundindo entre si. Na Grécia, o comércio era realizado, principalmente, por metecos.

Em Roma, também era possível observar o comércio marítimo e o comércio terrestre assumindo algumas diferenças entre si; nesse caso, o marítimo, por muitas vezes ser mais barato, foi bem mais utilizado, assumindo grande importância. Em Roma, o comércio poderia ocorrer tanto por demanda dos particulares, como o comércio de redistribuição, oriundo de taxações ou requerimento de algum governante, mas a fronteira entre os dois não era bem definida. Ele poderia ocorrer tanto dentro como fora das fronteiras romanas, tendo sido o comércio interprovincial de grande importância. Desse modo, o comércio possibilitou maior contato de Roma com outros povos fora do seu domínio, bem como entre as regiões pertencentes ao império, com isso, ele contribuiu com o processo de romanização.

Deve-se ter como execrável o lucro dos mercenários e os que compram a inteligência, porque os que vendem a si mesmos colocam-se entre escravos. A mesma coisa se poderá dizer dos comerciantes, que, para vender por preço mais alto, ganham por força da calúnia, pois nada mais infame que a calúnia. [...] O comércio, se é feito a varejo, é desprezível; se é feito por atacado, traz fartura; se é vantajoso a todos e isento de fraude, nada dele se pode dizer. Se o comerciante, quando enriquece, ou quando se satisfaz com o que ganha, se retira do porto para o campo, como muitas vezes se retira do mar para o porto, trazendo sua fortuna, parece-me que tem direito a louvores. (Cícero, *Dos Deveres*, 42, apud. Martire, 2008, p. 43)

Na passagem acima, o filósofo romano condena o comércio relacionado com a fraude e a calúnia, mas, quando ele não apresenta essas características, Cicero também não o trata como virtuoso. O pequeno comércio aparece nele ainda mais desvalorizado.

Cícero ainda defende a inversão da riqueza obtida no comércio para a produção agrária. Isso nos evidencia a visão negativa que existia em cima do comércio tanto em Roma como na Grécia e a maior valorização do trabalho rural. Essa desvalorização contribuía em Atenas para a maior presença de metecos nessa atividade, por eles terem maior desprendimento frente a essas objeções que se punham.

O mar Mediterrâneo era vital para o desenvolvimento de Grécia e Roma, é fácil encontrar a explicação para a valorização do mar para os antigos, mas dificilmente se destaca a atividade dos marinheiros e por isso eles foram incluídos em uma ficha para evidenciar a várias atividades relacionadas ao mar. Didaticamente podemos dividir os marinheiros em quatro grupos: os que estavam relacionados à função militar, os mercadores, os pescadores e os piratas. Entre a navegação militar, temos os navios de guerra e os destinados ao transporte de tropas. O comércio marítimo trata-se, sobretudo, do comércio de longa distância, atividade que produzia lucros maiores que o comércio local; o comércio marítimo realizava o abastecimento de diversas cidades, inclusive realizando o comércio de grãos que tinha uma grande importância para alguns locais. A pesca era tanto um meio de obter renda, como de obter suplementação para a alimentação; realizada, geralmente, em equipe; os pescadores possuíam status baixo, mas, livres; a pesca foi muitas vezes incluída no espaço rural, mas, a pesca de alto mar não deveria ser incluída na economia rural; o pescador de alto-mar era visto como a representação de algo desconhecido, do “outro”. Os piratas, muitas vezes, eram corsários de cidades costeiras, o comércio de escravos era uma das principais fontes de renda dos piratas.

Em Roma, os comerciantes que realizavam suas atividades pela via marítima tinham grande importância, como foi visto, devido ao fato de o transporte marítimo ser muitas vezes mais barato do que o terrestre, levando à maior importância daquele. O transporte marítimo de soldados e a utilização de navios de guerra também eram comuns em Roma, mas boa parte do deslocamento de soldados era feita por vias terrestres. Os piratas durante alguns momentos aterrorizaram a autoridade romana sobre o Mediterrâneo, realizando saques a cidades costeiras e comércio que ameaçava a hegemonia romana, sendo motivo de discussão na política e de tomada de decisões oficiais para o combate a eles, caso clássico disso foi a luta que Pompeu empreendeu contra a pirataria no mediterrâneo. Muitas vezes, essa pirataria era financiada por cidades que haviam perdido força no comércio face à dominação romana ou por governos que não se sujeitaram ao domínio romano, como o caso de Mitrídates.

Outra categoria que mereceu destaque na produção didática foram os soldados, por apresentarem sociedades militarizadas como a espartana e a romana. No caso romano, em que a conquista territorial foi muito presente na sua história, os soldados assumiam grande importância e se desenvolveu uma forte cultura militar; essa relevância pode ser constatada pelo fato de alguns políticos terem buscado apoio entre os militares para que conseguissem alcançarem o poder, algumas vezes, ainda, chegando pela própria via armada; no caso grego a evidência fica patente ao observarmos que o ideal de cidadão esteve muito relacionado com o de soldado, ou também, no caso espartano, por a educação estar estreitamente vinculada à função militar. O voluntariado foi a principal forma de recrutamento, que, de início, era provincial, tornou-se regional e depois local; essa regionalização contribuiu para o enraizamento local do soldado. Muitos romanos possuíam a visão de que o soldado teria que ser de origem camponesa, com as mudanças ocorridas no campo e na noção de cidadania essa ideia se perde. Em Roma, a vida militar e a política estavam muito entrelaçadas. Até as reformas de Mário (107 a.C.), a organização das legiões ocorria de modo censitário e o soldado tinha que pagar os seus equipamentos, após elas, o armamento passou a ser custeado pelo Estado e o soldado começou a receber soldo; isso, além de formar um exército permanente e profissional, permitiu aos soldados ganhar status e enriquecer pelo espólio de guerras e pela recompensa pelos serviços, muitas vezes, essa vinha na forma de terras. Todavia, havia grande heterogeneidade de riquezas no meio militar. No início, o serviço no exército estava restrito a romanos, sendo expandido posteriormente e, em meados do século II d.C., sob Marco Aurélio, começou-se a admitir bárbaros.

Entre o final do século VIII e início do século VII a.C. há uma importante mudança militar na Grécia, o exército deixa de estar baseado na cavalaria para passar a ter como base os hoplitas. O soldado continuaria tendo que custear o seu armamento, todavia, os custos que o hoplita teria que enfrentar era bem mais barato do que os do cavaleiro, isso permitiu uma maior inclusão na função militar, gerando também reivindicações de participação política. O combate realizado pelo hoplita não era fundamentado no desempenho individual de cada soldado, era necessário uma atuação coletiva. A solidariedade e disciplina resultadas da reforma hoplítica contribuíram para solidificar a *pólis* e o sentimento de comunidade. Assim, a atuação militar na Grécia esteve muito vinculada a ideais comunitários e de cidadania, o que foi quebrado com o advento da especialização militar introduzida com o Império Macedônio, em que os soldados passaram a combater por um soldo.

Durante o trabalho sobre os ofícios, dois casos geraram discussões se deveriam ou não ser incluídos: o caso dos políticos e das mulheres. Pensar os políticos como exercendo um ofício é propor uma reflexão sobre a relação entre cidadania e política no mundo antigo e, principalmente na atualidade, em que no Brasil, o exercício do cargo de político possibilita o acesso a vários benefícios (auxílio-moradia, auxílio-deslocamento, auxílio-paletó) que está distante da realidade de vários trabalhadores brasileiros. Dispostos a chamar a atenção para esses debates, os casos de Roma e Atenas pareceram ser significativos, além de ir ao encontro de um dos conteúdos da disciplina, que é o entendimento da democracia ateniense e da república romana.

A política, em Roma, não era apenas uma carreira, era também uma forma de produzir “dignidade”, portanto, ela modela e organiza a vida social. Inicialmente, os plebeus estavam impedidos de ocuparem magistraturas, porém, devido às revoltas empreendidas por eles, conseguiram ampliar sua participação política e possuírem magistraturas específicas; porém, foram incluídos critérios censitários. Para as mulheres estava vedada a possibilidade de ocuparem cargos públicos. O *cursus honorum* contribuía para suprir, por meio da experiência, a ausência de formação teórica; a necessidade de cumprimento de alguns anos de serviço militar atesta o que foi dito anteriormente em relação aos soldados, a íntima relação entre o exército e a política. A hereditariedade se tornou prática, mas não era norma; apesar de ela ser determinante, devido ao *mos maiorum*, não era o suficiente para garantir status. A vida política em Roma era conturbada e perigosa. Também não havia uma clara separação entre público e privado. A eloquência, a violência e o dinheiro eram armas comuns utilizadas pelos políticos.

Analizando o caso ateniense, pode-se observar grandes diferenças na organização política em relação a Roma, o que implica também em condições diferentes quanto aos políticos nessas duas sociedades. Em Atenas a atuação direta dos cidadãos assumia uma importância bem maior do que em Roma, então a maior parte das tomadas de decisões estava a cabo dos membros da assembleia. Não obstante, existiam alguns cargos, que eram elegíveis e abertos para o acesso dos cidadãos, embora isso fosse verdade, é observado que muitas vezes essas magistraturas eram ocupadas por membros da aristocracia, que possuíam mais poder e influência, contribuindo para que isso ocorresse. Havia ainda a figura do demagogo, que, na Grécia Antiga, possuía o significado de condutor do povo, não assumindo, de imediato, o sentido negativo que hoje lhe é atribuído. Mesmo nos momentos de decisões diretas por parte da assembleia, havia

algumas pessoas que conseguiam exercer maior influência entre os membros da sessão, muitas vezes uma pessoa com boa retórica e que conseguia encabeçar um projeto.

No caso das mulheres, é possível observar algumas diferenças importantes entre Grécia e Roma. Para os gregos, o lugar das mulheres era no gineceu, onde desfrutaria do ócio, mas poderiam se ocupar do trabalho de tecelagem. Por estar mais tempo em ambiente fechado, sua pele deveria ser mais clara do que os que trabalhavam ao ar livre. As mulheres pobres já se encontravam mais presentes no trabalho. Algumas fontes indicam a sua presença na coleta de frutos realizada no campo, na venda de produtos no mercado e até em oficinas, considerado um ambiente masculino.

Em Roma, as mulheres apresentavam maior liberdade do que as gregas, não obstante as fortes restrições, o que foi intensificado no primeiro século do Império Romano; isso conduziu a sua maior presença no mundo do trabalho em relação às mulheres gregas, o que se refere tanto às escravas como às livres. No *domus*, existia a parteira, a que recebia pessoas na porta da casa, a *educatrix*, a *ornatrix*, a ama-de-leite, a dona de companhia, além da própria senhora que fiscalizava o cumprimento das tarefas domésticas. Assim como na Grécia, foi localizada a presença de mulheres no artesanato romano, que também era considerado um ofício masculino, tendo tido grande relevância na produção têxtil. Também realizavam vendas no mercado. Exerciam atividades artísticas. Cuidavam de locais que realizavam comércio. Tanto em Grécia como em Roma, há a atuação no setor da prostituição, que assumia diferentes formas.

A abordagem sobre os ofícios em sala de aula também possui grande importância no ensino de História Antiga. Essa temática permite que o aluno observe algumas questões a respeito do mundo do trabalho na Antiguidade Clássica, como a valorização de determinados ofícios e a desvalorização de outros. Também é essencial para observar mais concretamente a realidade daqueles trabalhadores. O trabalho livre, bem como a sua relação com o trabalho compulsório, fica mais visível a partir da análise dos diversos ofícios. Aqui é aplicável a mesma observação feita a respeito da utilização de fontes, sendo também de muita importância na abordagem desse assunto.

O trabalho na Antiguidade Clássica e o ensino de História Antiga

Os estudos sobre a História Antiga realizaram significativos avanços nos últimos anos, seja na pesquisa sobre a Antiguidade Clássica, o que fica patente ao se observar a quantidade de textos publicados, de realização de eventos e de formação de

grupos de pesquisa em torno do mundo antigo, seja nas análises e propostas sobre o seu ensino. Não obstante os desenvolvimentos realizados nas pesquisas sobre a Antiguidade, percebe-se certo descompasso em relação com o ensino; embora o ensino superior esteja sempre bem atualizado quanto a produção historiográfica, o ensino básico, muitas vezes, não a acompanha, e é principalmente nesse nível onde as preocupações se encontram. Desse modo, nota-se a propagação constante de diversos problemas no ensino, como a utilização de teses, ideias e conceitos já ultrapassados, simplificações e anacronismos, ou ainda uma abordagem que trata as sociedades antigas como atraentes, mas alheias ao aluno e à realidade em que ele vive; sendo isso realizado tanto por parte de livros didáticos como do professor, que, por outro lado, teria a importância em contribuir para que essa situação seja evitada, o que leva à necessidade de uma boa formação do professor de história nos cursos de graduação.

Essas questões dizem respeito ao ensino de História Antiga como um todo, portanto, manifestam-se também no ensino de assuntos relacionados ao trabalho, onde assumem algumas particularidades próprias a essa dimensão, mas que também contribui para a superação de alguns elementos problemáticos no ensino da Antiguidade Clássica. Essa contribuição se dá, principalmente, através de três questões.

A primeira se vincula diretamente ao que foi discutido a respeito da categoria do trabalho e de sua importância na compreensão da sociedade, em uma argumentação que esteve muito baseada na concepção ontológica de György Lukács. Portanto, a abordagem de temáticas envolvendo o mundo do trabalho na Antiguidade Clássica possibilitaria uma melhor compreensão por parte dos alunos das sociedades grega e romana.

O segundo ponto diz respeito à ideia acima tratada de que é por meio do trabalho que o gênero humano se constitui, estando essa categoria também interligada com a totalidade social, e o trabalho sendo umas das formas pela qual o homem age sobre a realidade mudando a si mesmo e ao seu meio. Assim, o estudo acerca do trabalho na Antiguidade Clássica possibilitaria ao aluno observar a sociedade antiga como algo formado pelo agir humano e pertencendo à própria história da humanidade. Duas consequências inter-relacionadas decorrem daí. A primeira é que o mundo grego e romano deixará de ser visto como algo exótico, objeto apenas de curiosidade, mas, sim, como sociedades construídas pela humanidade. A outra é que a história antiga não deverá ser vista como um assunto distante, que não apresenta nenhuma relação com o discente, ou que serve apenas a título de curiosidade, pelo contrário, a Antiguidade fará parte da

trajetória humana; assim, o estudo sobre o mundo do trabalho poderá aproximar o estudante da sociedade antiga, gerando nele um sentimento de pertencimento àquela realidade e interesse sobre ela. Como mostra Guarinello (2013), a Antiguidade pertence a uma memória social e faz parte de nossa identidade, esse aspecto poderia ser melhor enxergado pelos alunos com a abordagem de temáticas relacionadas com esse assunto.

O ensino da Antiguidade Clássica seria ainda enriquecido por um terceiro fator. A História Antiga já foi muito vista como uma história dos grandes nomes e a partir de uma abordagem factual, fenômeno que, na verdade, disse respeito à produção historiográfica como um todo, não apenas a aquela que se deu em torno de Grécia e Roma. Apesar de essa ser uma perspectiva muito questionada e já há certo tempo ultrapassada, ela continua, muitas vezes, a ser reproduzida no ensino de história e no senso comum, em que ensinar História Antiga seria falar sobre César ou Alexandre, deixando de lado grande parte das pessoas que compunham aquelas sociedades. Assim, ao tratar dessa massa de esquecidos, colaboraria para romper com essa visão comum a muitos alunos do ensino básico, a História Antiga não seria apenas a história da aristocracia romana e grega, mas também a história do escravo das minas do Laúrio ou do camponês da Península Itálica.

Considerações finais

A proposta de utilizar o mundo do trabalho para pensar a docência da História Antiga se mostrou proveitosa e capaz de trazer elementos inovadores para o ensino, primeiro ao proporcionar o contato do aluno com uma discussão teórica que normalmente não compõe os programas de História Antiga. A discussão teórica baseada na concepção ontológica do filósofo húngaro György Lukács, mostrou a sua importância para a compreensão social e também trouxe elementos importantes para a posterior reflexão sobre a maneira didática de abordar o mundo do trabalho na sala de aula.

Em seguida, observou-se algumas questões gerais a respeito do trabalho na Antiguidade Clássica, como a visão dos antigos em relação ao trabalho e a relação entre trabalho livre e compulsório. Quanto à escravidão, discutiu-se o que seria o escravismo, a gênese e crise do escravismo, a noção de escravo, a presença dos escravos na sociedade, a reposição da força de trabalho, as resistências e os libertos. Assim, foram abordados temas de grande importância para a compreensão do trabalho nas sociedades antigas.

O terceiro tópico tratou ainda da temática dos ofícios que nos ajudam bastante na compreensão de como o trabalho estava configurado na Antiguidade Clássica, além de

nos permitir observar como se encontravam os trabalhadores no mundo antigo. Assim, abordaram-se os seguintes ofícios: agricultores, artesãos, comerciantes, marinheiros, soldados e políticos. Logo após, foi discutida a relação das mulheres com o trabalho, observando como elas se encontravam no mundo do trabalho e a sua ligação com ele; foram destacadas ainda as diferenças existentes entre Roma e Grécia em relação a essa questão. Esse assunto nos permite observar melhor a condição da mulher na Antiguidade Clássica e a relação entre gênero e trabalho.

Por fim, tratou-se da relação entre o trabalho na Antiguidade Clássica e o ensino de História Antiga. Este teve grande vinculação com o primeiro, que tratou teoricamente da categoria do trabalho. Observou-se a importância da abordagem de temáticas envolvendo o trabalho na Antiguidade Clássica para uma melhor compreensão dos alunos a respeito das sociedades antigas, para que ele observe o mundo antigo como algo construído pelo agir humano, para realizar uma aproximação, uma relação de pertencimento e interesse do aluno com o assunto e para questionar determinadas visões que se difundem no senso comum. Para isso, é fundamental a criação de um suporte didático, que permita o contato do aluno com as fontes, sejam elas textuais ou iconográficas. Para criação desse material, foi necessário realizar escolhas, que muitas vezes podem a primeira vista se mostrar incompletos aos olhos dos especialistas. Como o foco era o alunado, principalmente dos primeiros períodos do curso de História, optou-se em proporcionar um contato generalista e comparativo entre Grécia e Roma, por ser justamente essa abordagem utilizada pelo livro didático no Brasil.

A elaboração do material, apresentado em linhas gerais ao longo do artigo, é mais um exemplo das potencialidades do ensino de História Antiga e possibilidade de estabelecer um diálogo entre a Antiguidade e o hoje de forma que seja significativa para a vida do aluno. O mundo do trabalho, que hoje no Brasil, está às voltas de mudanças tão radicais, deve sempre ocupar lugar de destaque no processo educativo, possibilitando ao aluno se posicionar de forma crítica, exercendo sua cidadania plenamente, ainda que constantemente ameaçada pelas pressões do mercado.

Referências

CARDOSO, Ciro Flamarión S.. **O Trabalho compulsório na Antiguidade:** ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CASSON, Lionel. **The Ancient Mariners: Seafarers and Sea Fighters of the Mediterranean in Ancient Times**. 4. ed. New York: The Macmillan Company, 1967.

CERQUEIRA, F. V. Evidências iconográficas da participação de mulheres no mundo do trabalho e na vida intelectual e artística na Grécia antiga. In: IV Encontro de História da Arte - A Arte e a História da Arte entre a Produção e a Reflexão - 2008, 2010, Campinas. **Atas do IV Encontro de História da Arte - A Arte e a História da Arte entre a Produção e a Reflexão - 2008**. Campinas: Centro de História da Arte e Arqueologia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 2008. v. 1. p. 151-185.

CHEVITARESE, André Leonardo. A Pesca na Pólis Ateniense no Período Clássico. **Phoínix**, Rio de Janeiro, v. 2, p.57-69, 1996.

FINLEY, M. I. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FINLEY, M. I. **La economía de la antigüedad**. México, D. F: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FINLEY, Moses I. **La Grécia Antigua: Economía y Sociedad**. Barcelona: Crítica, 1984.

FRANK, Tenney. **An Economic History of Rome**. 2. ed. Kitchener: Batoche Books, 2004.

FUNARI, P. P. A.; O comércio interprovincial e a natureza das trocas econômicas no Alto Império Romano: as evidências do azeite bético na Bretanha. **Phoínix**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 295-311, 2000.

GALLEGOS, Julián. Farming in the Ancient Greek World: How should the small free producers be defined?. **Studia Humaniora Tartuensi**, Tartu, v. 8, n. 3, p.1-21, 2007.

GIARDINA, Andrea (Org.). **O Homem Romano**. Lisboa: Presença, 1991.

GUARINELLO, Norberto Luis. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Tradução e estudo de Luiz Otávio Mantovaneli. São Paulo: Odysseus Editora, 2011.

JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma Antiga**: política, economia e cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

LEITE, Priscilla Gontijo; Dezotti, Lucas Consolin. Política na sala de aula: uma proposta interdisciplinar a partir da Antiguidade. **Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, V. 13, n.1, 2017.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LÓPEZ, Rosalía Rodríguez. La agricultura como officium en el mundo romano. **Revue Internationale Des Droits de L'antiquité**, Bélgica, v. 49, p.185-202, 2002.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTIRE, Alex da Silva. **Plebs Urbana na Roma Antiga (II a.C. - I d.C.): heterogeneidade, vida e trabalho.** 2008. 152 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MELO, Gabriel da Silva. **Mercadores e Comerciantes na Democracia Ateniense: 431-322 a.C.** 2015. 259 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, UFF, Niterói, 2015.

PIOTROWSKI, Helton A.; VENTURINI, R. L. B. Roma Victor! Um estudo sobre a guerra romana. In: VI Jornada de estudos Antigos e Medievais, 2008, Maringá - PR. VI Jornada de estudos Antigos e Medievais. **Anais e Trabalhos completos**, 2008.

SILVA, S. C. Aspectos do Ensino de História Antiga no Brasil: algumas observações. **Alethéia**, Goiânia, v. 1, p. 145-155, 2010.

SILVA, L. L. T.; GONCALVES, J. W. O Ensino de História Antiga: algumas reflexões. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios, 2015, Florianópolis. **CADERNO DE RESUMOS DO XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios**. Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 629-629.

THEML, Neyde. Artesãos e status na pólis dos atenienses. **Phoínix**, Rio de Janeiro, v. 10, p.246-256, 2004.

VARGAS, Henry Campos. La Mujer y la Agricultura: una aproximación desde la lengua del Lacio. **Ciências Econômicas**, San José, v. 28, p.289-294, 2010.

VEYNE, Paul (Org.). **História da vida privada, 1: do Império Romano ao ano mil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ZARAUZA, José Alejandro. El campesino griego: sujeto de derecho en la pólis. In: VI Coloquio Internacional ΑΓΩΝ: Competencia y Cooperación. De la Antigua Grecia a la Actualidad, 6., 2012, La Plata. **Actas del VI Colóquio Internacional ΑΓΩΝ: Competência y Cooperación de la Antigua Grecia a la Actualidad.** La Plata: 2012. p. 839 - 850.

**Recebido em dezembro de 2019.
Aprovado em abril de 2020.**